

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA como Estratégia de Mitigação da Insegurança Alimentar e Nutricional na Vida de Agricultores Familiares em Rio Preto da Eva – AM

The Food Acquisition Program - PAA as a Mitigation Strategy for Food and Nutritional Insecurity in the Life of Family Farmers in Rio Preto da Eva – AM

El Programa de Adquisición de Alimentos - PAA como Estrategia de Mitigación de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional en la Vida de los Agricultores Familiares de Rio Preto da Eva - AM

Recebido: 28/04/2022 | Revisado: 13/05/2022 | Aceito: 17/05/2022 | Publicado: 21/05/2022

Janderlin Patrick Rodrigues Carneiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8260-0565>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: patrickcarneiro09@gmail.com

Vinicius Verona Carvalho Gonçalves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5039-3661>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: viniciusveronacg@gmail.com

Mônica Suani Barbosa da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9274-4327>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: monicasuanicosta@gmail.com

Jaiison Miyosi Oka

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8709-1923>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: jaiison.m.ok@gmail.com

Gislany Mendonça de Senna

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8248-0006>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: senagislany@gmail.com

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9974-2140>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: tecafraxe@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar os efeitos gerados na agricultura familiar a partir da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Buscando caracterizar os aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares, apontando indicadores que possibilitem um diagnóstico prévio da realidade. Para tanto, utilizou-se o estudo de caso, onde os entrevistados foram separados em dois grupos, *provedores* e *não-provedores*, os resultados foram obtidos através de aplicação de formulários socioeconômicos, questionário sobre a frequência alimentar e aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. A escala apontou a eficiência do PAA no seu contexto mais abrangente, abarcando desde suas origens, execuções, modalidades chegando até seu ápice, demonstrando como pode ser também um canal para construir a segurança alimentar e nutricional. Esse entendimento, tornou-se essencial para traçar novos caminhos a partir dos resultados da pesquisa, em que evidencia aspectos importantes da sustentabilidade no que se refere a segurança alimentar e nutricional. Procurando compreender a sustentabilidade através da ótica das políticas públicas, sobretudo aquelas que promovem a importância da agricultura familiar. É relevante ressaltar que o fortalecimento de políticas voltadas para a agricultura familiar mostra-se como estratégia de sustentabilidade, assim como a inserção da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Ensino; Sustentabilidade; Agricultura familiar; Segurança alimentar, Políticas públicas; PAA.

Abstract

This article aims to evaluate the effects generated in family farming from the operationalization of the Food Acquisition Program - PAA. Seeking to characterize the aspects related to food and nutritional security of family

farmers, pointing out indicators that allow a previous diagnosis of reality. For that, we used the case study, where the interviewees were separated into two groups, suppliers and non-suppliers, the results were obtained through the application of socioeconomic forms, a questionnaire on food frequency and the Brazilian Food Insecurity Scale. - EBIA. The scale pointed out the PAA's efficiency in its broadest context, covering from its origins, executions, modalities reaching its peak, demonstrating how it can also be a channel to build food and nutritional security. This understanding has become essential to trace new paths based on the results of the research, in which it highlights important aspects of sustainability with regard to food and nutritional security. Seeking to understand sustainability from the perspective of public policies, especially those that promote the importance of family farming. It is relevant to emphasize that the strengthening of policies aimed at family farming is shown as a sustainability strategy, as well as the insertion of family farming as a rural development strategy.

Keywords: Teaching; Sustainability; Family farming; Food security; Public policy; PAA.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo evaluar los efectos generados en la agricultura familiar a partir de la operacionalización del Programa de Adquisición de Alimentos – AAP. Buscando caracterizar los aspectos relacionados con la seguridad alimentaria y nutricional de los agricultores familiares, señalando indicadores que permitan un diagnóstico previo de la realidad. Para ello, se utilizó un estudio de caso, donde los entrevistados fueron separados en dos grupos, proveedores y no proveedores, los resultados se obtuvieron a través de la aplicación de fichas socioeconómicas, un cuestionario sobre frecuencia alimentaria y la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria – EBIA. La escala apuntó a la eficiencia del PAA en su contexto más amplio, abarcando desde sus orígenes, ejecuciones, modalidades llegando a su ápice, demostrando cómo también puede ser un canal para construir seguridad alimentaria y nutricional. Esta comprensión se ha vuelto esencial para trazar nuevos caminos a partir de los resultados de la investigación, que destacan aspectos importantes de la sostenibilidad con respecto a la seguridad alimentaria y nutricional. Buscando entender la sustentabilidad a través de la perspectiva de las políticas públicas, especialmente aquellas que promueven la importancia de la agricultura familiar. Es importante resaltar que el fortalecimiento de las políticas dirigidas a la agricultura familiar se muestra como estrategia de sostenibilidad, así como la inserción de la agricultura familiar como estrategia de desarrollo rural.

Palabras clave: Enseñanza; Sustentabilidad; Agricultura familiar; Seguridad alimentaria; Políticas públicas; PAA.

1. Introdução

Este trabalho irá abordar os resultados da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas, intitulado “Impactos do Programa Aquisição de Alimentos - PAA na sustentabilidade de agricultores familiares no Município de Rio Preto da Eva – Am”, o qual retrata de forma concreta os efeitos do Programa na vida dos agricultores familiares do ponto de vista da sustentabilidade.

Dessa forma, este trabalho mostra um comparativo entre agricultores familiares fornecedores e não fornecedores, chamamos *agricultores fornecedores* aqueles que negociam seus produtos com o PAA, enquanto os *agricultores não-fornecedores* negociam os seus produtos com atravessadores e/ou na cidade de Rio Preto da Eva. Neste sentido, foi possível comparar os dois grupos de agricultores familiares. Tal empreitada possibilitou avaliar os impactos gerados pelo PAA aos *agricultores fornecedores* quando comparado aos *agricultores não-fornecedores*.

Nesse sentido, o que se buscou nesse artigo, foi apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como instrumento estratégico de mitigação da Insegurança Alimentar e Nutricional- ISAN na vida dos agricultores familiares do município de Rio Preto da Eva, no estado do Amazonas, visando evidenciar através da pesquisa o fortalecimento do programa

2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Como Política Pública no Contexto Brasileiro

O PAA surge como uma das principais políticas estruturais de combate à fome do governo Lula no ano de 2003, propondo geração de emprego e renda; fortalecimento e incentivo da agricultura familiar; intensificação da reforma agrária e renda mínima; segurança e qualidade dos alimentos. Além do programa o governo também se concentrou em criar restaurantes populares; bancos de alimentos; ampliação da alimentação escolar; programa cartão de alimentação emergencial; educação alimentar (Oliveira, 2003; Yazbek, 2003; Nakagi, 2010).

O programa é uma das relevantes ações do Programa Fome Zero, com proposta de fortalecer agricultura familiar, auxiliando agricultores a ampliar seu acesso a novos mercados (Muller et al., 2007). Yazbek (2004) assegurou que o programa foi desenhado para oferecer alternativas de venda da produção, criando uma opção para geração e incremento de renda dos agricultores familiares. Confirma sua importância para a inclusão social no campo e valorização dos produtores locais (Becker & Sacco dos Anjos, 2010).

Soares et al. (2013, p. 42) enfatizou que:

O Programa tem o objetivo de garantir, a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; promover o abastecimento institucional com alimentos para diversos fins, como a alimentação escolar; e constituir estoques estratégicos.

Do ponto de vista legal, o PAA é instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de maio de 2012, onde delibera sobre o público do programa, da aquisição e destinação de alimentos, das modalidades de execução, unidades gestoras, dentre outras.

Com esse arcabouço legal, o PAA ganha legitimidade no âmbito nacional, sendo instituído como política de Estado, não mais de governo. Para tanto, se faz necessário manter uma estruturação, que é realizada pelo grupo gestor do PAA (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao Ministério da Cidadania, tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA.

É relevante considerar toda a potencialidade do PAA, em proporcionar qualidade de vida para os agricultores fornecedores de alimentos, garantindo assim segurança alimentar para os recebedores. O programa estimula o consumo de alimentos regionais, agroecológicos e orgânicos, preservando muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações (Grisa et al., 2011).

Schmitt (2005) ressaltou que o PAA cria as condições necessárias para que o Estado possa atuar no mercado de produtos agrícolas, exercendo não apenas um efeito regulador sobre os preços regionais, mas dando um tratamento diferenciado para os agricultores familiares, buscando reforçar sua autonomia em relação aos chamados “atravessadores” e fortalecendo sua posição frente aos diferentes agentes de mercado.

É significativo evidenciar a multifuncionalidade do PAA, de ser canal de comercialização para agricultores familiares, propiciando o acesso à mercados institucionais e assegurar o fornecimento de alimentos saudáveis, garantindo segurança alimentar para pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar e social, através das redes socioassistenciais. Por fim, sendo o principal agente para promover o diálogo entre instituições de esferas federal, estadual e municipal, ambas firmadas em um só propósito que é combater diretamente a insegurança alimentar e nutricional.

O programa se divide em seis modalidades diferentes, compra com doação simultânea, formação de estoques pela agricultura familiar, compra direta da agricultura familiar, incentivo à produção e incentivo de leite – PAA leite, compra institucional, aquisição de sementes. Cada modalidade tem alcance diferenciado de dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os fornecedores são agricultores familiares que através de um convênio firmado com o governo passa a fornecer alimentos. Os consumidores são instituições das redes socioassistenciais.

A modalidade compra com doação simultânea é a mais praticada no estado do Amazonas, tendo em vista que, consiste na compra de produtos que simultaneamente são doados a instituições socioassistenciais, suprimindo a demanda local e

promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A finalidade é incentivar a agricultura familiar local e promover a segurança alimentar e nutricional de indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social e em situação de risco alimentar.

Neste sentido, é relevante apontar a dinâmica dos limites entre as modalidades, somando todas, exceto o PAA leite que não é executado no Amazonas, o limite pode chegar até R\$ 28.400,00 (vinte e oito mil e quatrocentos reais) por unidade familiar/ano, podendo potencializar sua renda participando também em outras políticas públicas de fomento da agricultura familiar como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PREME (Programa de Regionalização da Merenda Escolar). Portanto, o mercado institucional é uma estratégia fundamental para viabilização do processo de comercialização rural no Amazonas, proporcionando o desenvolvimento econômico e estimulando a soberania alimentar.

3. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA com Ferramenta Estratégica para Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional

Segundo o relatório da FAO (2017), no mundo o número de pessoas desnutridas aumentou para 815 milhões em 2016, comparado a 777 milhões de 2015. No Brasil, segundo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada no ano de 2013, constatou que o percentual de domicílios particulares brasileiros que se encontravam em algum grau de insegurança alimentar caiu de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013. A insegurança alimentar grave apresentou reduções importantes em relação aos levantamentos anteriores. Esse indicador caiu de 6,9% em 2004 para 5,0% em 2009 e, em 2013, atingiu seu patamar mais baixo: 3,2%.

No entanto, a insegurança alimentar era maior nas regiões Norte e Nordeste, atingindo, respectivamente, 36,1% e 38,1% dos domicílios, bem como na área rural 35,3%. Além disso, a insegurança alimentar era maior em domicílios onde residiam menores de 18 anos 28,8%, entre os pretos e pardos 33,4% e para aqueles com um a três anos 13,7% com insegurança alimentar moderada ou grave (PNAD, 2013).

Nessa perspectiva, nota-se que de fato a insegurança alimentar nas dimensões moderada e grave vem experimentando uma queda, tendo em vista que em muitos lugares até então, apresentam um alto índice. Essa redução apontada pelas pesquisas se dá a partir dos investimentos em políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, cabe enfatizar que um dos programas que tem impulsionado de forma intensa a categoria foi o PAA.

O programa no seu contexto geral foi um impulsionador para que a temática da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN atingisse grande visibilidade no cenário nacional, fazendo que a efetivação da temática ganhasse status de política de Estado no ano de 2006, com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), através da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Cabe salientar que na lei supracitada em seu artigo 2º estabelece que:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Lei nº 11.346, art. 2º, 2006).

Nesse sentido, a SAN passa a ser um direito fundamental, e garantido por força de lei, ampliando assim o combate direto à pobreza e a fome, contudo, é significativo evidenciar de forma conceitual, o que se pode compreender por segurança alimentar e nutricional, considerando o que a própria legislação define, garante que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, culturais, econômicas e socialmente sustentáveis (Lei nº 11.346, art. 3º, 2006).

De acordo com Gubert et al. (2010), a SAN se caracteriza como um processo multidimensional, que envolve toda a cadeia alimentar, sendo determinado por fatores que vão desde a produção agrícola, distribuição e acesso dos alimentos à população, acesso econômico ao alimento, até a própria escolha alimentar, baseada em componentes culturais.

Custódio et al. (2011) destacou que esse processo multidimensional seria o grande desafio de articulação, pois umas das características da SAN é sua transversalidade (Andrade Júnior, 2009; Sacco dos Anjos et al., 2013). O novo desafio que se coloca é a necessidade de aprimorar a Política atual para combater os problemas decorrentes da nova face da insegurança alimentar.

4. Metodologia

A realidade empiricamente observável da pesquisa foi o município Rio Preto da Eva, partimos através da rodovia AM-010 que conecta a cidade de Manaus aos municípios Rio Preto da Eva e Itacoatiara. O deslocamento de aproximada 1h30, até a sede de Rio Preto da Eva, esse tempo é calculado levando em consideração se a estrada estará em boas condições de tráfego. A partir da cidade de Rio Preto da Eva, percorre-se ainda cerca de 47 Km, aproximadamente 60 minutos, para se chegar até a entrada do ramal do Banco, que conecta as propriedades rurais dos agricultores familiares da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança - ASPRONES. No contexto geral, a viagem de Manaus até a área de estudo (ASPRONES) foi de 135 quilômetros, com duração de aproximadamente 2h45.

Os sujeitos da pesquisa foram agricultores familiares associados a ASPRONES, localizada no Município Rio Preto da Eva no Estado do Amazonas (Figura 1). Para todos os participantes foram disponibilizados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual se tiveram ciência formalmente que eram público alvo da pesquisa. Os agricultores familiares foram separados em dois grupos de interesses: agricultores fornecedores do PAA e agricultores não-fornecedores.

Figura 1 - Localização do município de Rio Preto da Eva, Amazonas.



Para tanto, utilizou-se o estudo de caso, pois este possibilita ao pesquisador uma abordagem mais abrangente com a utilização de inúmeras técnicas, sendo possível reter características significativas dos eventos da vida real. Foi utilizado o de caso múltiplos (Yin, 2001).

O estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2001). Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Foram utilizadas diversas técnicas e instrumentos de coletas de dados, devido à amplitude, complexidade da temática e de seus desdobramentos. Portanto, por se tratar de uma pesquisa que perpassa por várias áreas do conhecimento, foram aplicados observação, formulário e entrevista.

Aplicou-se também formulários sobre a situação alimentar familiar, sendo uma versão simplificada da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada por Santos et al. (2014) e Freitas (2017). A EBIA foi utilizada como indicador de segurança alimentar, fundamenta-se na proposição de 15 perguntas relacionadas aos últimos três meses de carência alimentar a uma pessoa da família, visando captar a percepção da segurança e insegurança alimentar. De acordo com a pontuação das respostas dos agricultores familiares, classifica-se nas seguintes situações: segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada ou grave (Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa, 2008; Nobre et al., 2009; Segall-Corrêa e Marin-Leon, 2009; Freitas, 2017).

Utilizou-se um formulário de frequência alimentar (QFA) proposto por Bastos (2014) a partir dos marcadores do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). O QFA é um instrumento prático e de baixo custo para avaliar o consumo alimentar familiar, servindo para analisar a frequência do consumo alimentar de determinados alimentos em um período (Slater et al., 2003; Freitas, 2017).

Para análise dos dados, utilizou-se da análise descritiva que tem o objetivo de sistematizar os dados para a construção dos perfis sociais, econômicos e ambientais (Hair et al., 2005; Fávero et al., 2009; Freitas, 2017). Além desses procedimentos, foi realizado o uso da análise de conteúdo, que permite a descrição sistemática, objetiva do conteúdo da comunicação (Lakatos & Marconi, 2010).

Segundo Bardin (1979) a análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Os dados foram sistematizados no Programa Excel, software que tornou possível a representação gráfica das informações coletadas.

5. Resultados e Discussão

É primordial apontar o quanto o PAA tem impacto direto na vida do agricultor familiar, sobretudo no sentido de garantir mercado e incentivar a permanência na propriedade rural, melhorando a renda e a qualidade de vida. Quando se perguntou aos *agricultores fornecedores* sobre os motivos relacionados a adesão do PAA, 100% afirmaram que a garantia de venda, a estabilidade e a melhoria da qualidade de vida foram os principais motivos para a permanência no PAA. 100% dos *agricultores fornecedores* reiteraram seus interesses em continuar fornecendo alimentos ao PAA. Esses dados são corroborados com os estudos de Agapto *et al.* (2012), Camargo *et al.* (2013) e Hespanhol (2013), que chegaram aos mesmos

resultados dos *agricultores fornecedores* associados a ASPRONES. Nesses estudos, os agricultores familiares também apresentaram um índice elevado de satisfação em participar do PAA.

Foi perguntado aos *agricultores fornecedores* se os preços praticados pelo PAA eram justos, 37% dos agricultores afirmaram que o preço não era justo, segundo eles, a tabela de preço da CONAB estava defasada, com valores abaixo daqueles praticados no mercado. 63% dos agricultores acreditam que o preço era justo, alegando como justificativa que o PAA garantia um mercado para os produtos (9%), o que possibilitava aos agricultores o planejamento das atividades produtivas para evitar a perda da produção agrícola (9%), principalmente quando se comparavam com os *agricultores não-fornecedores* que não tinham para quem vender a produção.

Os resultados encontrados com os *agricultores fornecedores* associados a ASPRONES se aproximam do estudo realizado por Sheuer *et al.* (2016). Segundo estes autores, em Mato Grosso, 56,7% dos agricultores familiares confirmaram que o PAA paga mais que o mercado local, 27,74% acreditam que é similar e apenas 19,56% afirmaram que é abaixo do valor praticado no mercado local.

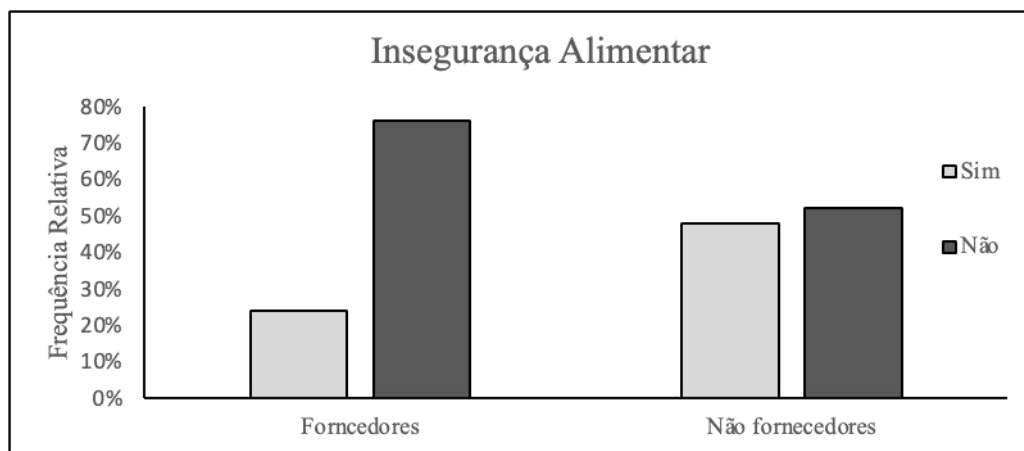
Os estudos de Camargo *et al.* (2013) em São Paulo; Chmielewska *et al.*, (2010) em Sergipe e Freitas (2017) no Acre, apontaram a satisfação dos agricultores quanto ao preço pago pelo PAA. No caso da ASPRONES, os resultados revelaram que o nível de satisfação dos *agricultores fornecedores* com os preços pagos pelo PAA é considerável, o que demonstra que o programa desempenha uma função aperfeiçoar a organização produtiva, tendo em vista que garante o mercado para os agricultores familiares. No que se refere a execução e a gestão do PAA, os agricultores afirmaram que a associação é de fundamental importância para que esse processo burocrático, logístico e executivo aconteça com maior fluidez, sem a intervenção direta dos agricultores nesse âmbito.

Quanto ao consumo alimentar foram avaliados os resultados da escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA) para a insegurança alimentar. Para tanto, buscou-se apresentar a frequência relativa de insegurança alimentar dos dois grupos, *fornecedores* e *não-fornecedores*.

No que diz respeito à segurança alimentar, os dados demonstram que os *agricultores fornecedores* apresentam melhores índices 76% de segurança alimentar (Figura 2). Isso significa que os *fornecedores* tiveram menos preocupação de que a comida acabasse antes de ter condições de comprar mais, evidenciando também que não tiveram tanta preocupação com o dinheiro para comprar alimentos, e que nenhum morador menor de 18 anos deixou de fazer sua alimentação por falta de dinheiro.

Quando comparado com os *agricultores não-fornecedores*, esse percentual cai para 52%, significa que maior foi preocupação de que a comida acabasse antes de ter condições de comprar mais, também que tiveram grande preocupação com o dinheiro para comprar alimentos, e que nenhum morador menor de 18 anos deixou de fazer sua alimentação por falta de dinheiro.

Figura 2 - Frequência de ISAN entre os fornecedores e não fornecedores da ASPRONES, no Município Rio Preto da Eva, 2018.



Fonte: Carneiro, J.P.R. (2018).

Os dados dos *agricultores não-fornecedores* apontaram percentuais de 48% para insegurança alimentar quando comparados aos *agricultores fornecedores*, com apenas 24%. Percebe-se que a insegurança alimentar dos *agricultores não-fornecedores* chega a ser o dobro dos *fornecedores*. É importante ressaltar que o modelo da EBIA versão curta, não buscou indicar o grau ou os níveis da insegurança alimentar, e sim somente assinalar se o grupo se encontra em situação de insegurança alimentar.

Na Tabela 1, observa-se que na primeira pergunta, 60% dos *não-fornecedores* responderam que tiveram preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida, contra 40% dos *fornecedores*. Essa afirmativa indica a condição de insegurança alimentar.

Na segunda questão tivemos resultados semelhantes, ambos os grupos afirmaram que sim, na terceira questão que trata a dificuldade de não ter dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada, 50% dos não fornecedores indicaram que sim, entre os fornecedores somente 20% indicaram sim.

Na terceira pergunta, questiona o fato de comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou, 50% dos fornecedores afirmaram que sim, porém, somente 10% dos fornecedores assinalaram positivamente para essa questão, e finalizando, a quinta pergunta analisa se algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida, 40% dos não fornecedores afirmaram que sim, 10% dos fornecedores também afirmaram que sim.

Portanto, a partir da terceira pergunta é possível notar a disparidade entre os dois grupos, o grupo que mais aponta a insegurança alimentar é os não fornecedores de alimentos ao PAA, é interessante salientar que o PAA pode ter uma influência na diminuição da insegurança alimentar no contexto rural.

Tabela 1 – Análise descritiva da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - versão resumida entre fornecedores e não fornecedores de alimentos ao PAA.

Variáveis	Fornecedores		Não fornecedores	
	Sim	Não	Sim	Não
Nos últimos três meses o(a) Sr(a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?	40%	60%	60%	40%
Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	40%	60%	40%	60%
Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	20%	80%	50%	50%
Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	10%	90%	50%	50%
Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	10%	90%	40%	60%

Fonte: Carneiro, J.P.R. (2018)

Essa disparidade entre os dois grupos no tocante a insegurança alimentar, pode ser evidenciada por uma questão de renda, segundo o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN), demonstra quanto menor rendimento da propriedade maior é a insegurança alimentar, e quanto maior o rendimento da propriedade menor é a insegurança alimentar (Caisan, 2018).

Partindo desse pressuposto, é pertinente considerar que existe uma influência direta da renda, podendo proporcionar assim a segurança ou insegurança. A variável renda, é um fator determinante neste contexto, e a importância do PAA na renda dos *fornecedores* faz com que o crescimento da segurança alimentar alcance índices superiores de outras regiões e Estados.

O estudo realizado por Freitas (2017) apontou que 67% dos *não-fornecedores*, encontram-se em situação de insegurança alimentar, contra 43% dos *fornecedores*. Os percentuais de insegurança alimentar dos *não-fornecedores* do Estado do Acre é 19% maior do que os do *não-fornecedores* da ASPRONES, já o dos *fornecedores* o percentual de insegurança alimentar no estado do Acre é de 43%, no Amazonas, os *fornecedores* associados a ASPRONES é de 24%, resultando em uma diferença de 19%.

Comparando os índices gerais de segurança alimentar por região, o Amazonas ainda permanece no último lugar no *ranking* de segurança alimentar da região Norte. O Amazonas teve uma redução de 66,99% em 2009 para 57,1% em 2013. Sendo que, no Brasil e região Norte houve um aumento na segurança alimentar de 69% para 77,4% e de 60% para 63,9% no mesmo período (PNAD, 2013 *apud* Caisan, 2018).

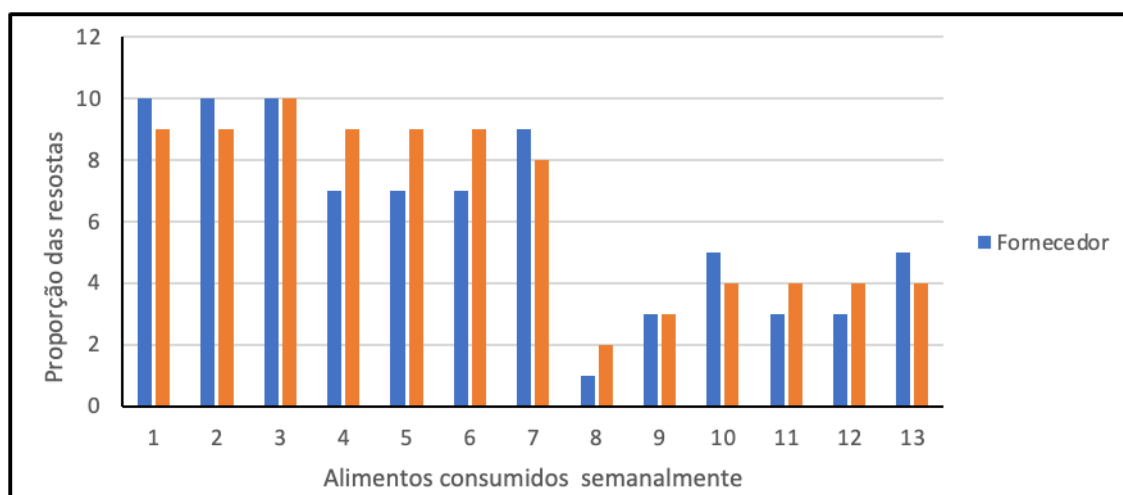
Diante desse cenário de crescimento da insegurança alimentar no Amazonas, criou-se uma estratégia de mitigação da insegurança alimentar com a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, cuja finalidade foi diagnosticar e retratar um panorama da realidade dos municípios com suas diversidades étnico-raciais, culturais e geográficas, consolidar o acesso à alimentação adequada e saudável em quantidade e qualidade para todos, sobretudo, garantir a segurança alimentar e nutricional alcançando suas diretrizes, diante de uma realidade amazônica diferenciada e não intransponível do restante do país, em extensão, distribuição territorial de povos, comunidades tradicionais e características regionais que buscam a soberania alimentar no Estado (Caisan, 2018).

O consumo de alimentos entre as famílias foi analisado através dos resultados obtidos do Questionário de Frequência Alimentar - QFA aplicados aos *fornecedores* e *não-fornecedores*. Os resultados não indicaram diferenças significativas no seu contexto geral, porém, quando é analisado a categoria dos alimentos, observa-se que existe variações para ambos os grupos de entrevistados, se tornando assim, um consumo sobremodo equilibrado.

Todavia, quando se comparou o consumo de alimentos como leites e derivados, cereais, grãos e pães, tubérculos e raízes, nota-se uma pequena diferença entre os grupos pesquisados (Figura 3). Os *não-fornecedores* se destacam mais no consumo desses tipos de alimentos que os fornecedores. No entanto, no que tange aos legumes, verduras e frutas, os fornecedores apresentam um consumo maior do que os dos não fornecedores, equiparando assim as diferenças.

No tocante aos alimentos não saudáveis como, embutidos, refrigerante, sucos industrializados, o consumo maior é dos *não-fornecedores*. Nos dois grupos, fornecedores e não fornecedores, constatou-se o consumo semanal de biscoitos e doces. Os alimentos como bolachas, salgadinhos e macarrão instantâneo o consumo é maior dentre os *fornecedores*. Portanto, os dois grupos dispõem de peculiaridades, os *não-fornecedores* lideram no consumo de alimentos não saudáveis como já especificado. Os *fornecedores* são os que mais se alimentam de produtos saudáveis, entretanto, são os que mais consomem bebidas alcoólicas.

Figura 3 - Consumo alimentar entre fornecedores e não fornecedores da ASPRONES no município Rio Preto da Eva.



1- legumes e verduras, 2- frutas, 3- feijão e leguminosas, 4- leite e derivados, 5- cereais, grãos e pães, 6- tubérculos e raízes, 7- carnes, 8- embutidos, 9- biscoitos e doces, 10- bolachas, salgadinhos e macarrão instantâneo, 11- refrigerantes, 12- sucos industrializados, 13- bebida alcoólica. Fonte: Carneiro, J.P.R. (2018).

A diferença observada entre os grupos pode estar ligada ao consumo daquilo que se produz. Os *fornecedores*, pelo fato de produzir mais alimentos saudáveis, pode expressar uma tendência maior do autoconsumo, contudo, o fomento na renda familiar pode contribuir diretamente para o maior consumo de bebida alcoólica.

Comparando com os resultados obtido por Freitas (2017) no Estado do Acre, onde também confirmou o alto consumo de bebida alcoólica dentre os *fornecedores*, entretanto, diferente da presente pesquisa, apontou um consumo maior de alimentos não saudáveis com os *fornecedores*. Observa-se que os *fornecedores* dispõem de uma predisposição para um consumo mais saudável, muito embora, esse consumo saudável possa ser limitado pelo uso de excessivo da bebida alcoólica.

É importante apontar aqui, o grande avanço da inserção de produtos industrializados no contexto rural, essas alterações de consumo alimentar das populações rurais vêm sendo ocasionado pelo processo de urbanização do meio rural

(SOLARI, 1976)¹. Podendo ser observado na substituição de alimentos como peixes, por um alto consumo de alimentos industrializados, a exemplo do frango congelado (Adams & Piperata, 2014; Freitas, 2017).

Estudos indicam que as mudanças alimentares nas comunidades rurais têm sido motivadas diretamente pelos alimentos industrializados, o processo de industrialização e, por conseguinte, o processo de urbanização têm modificado o estilo de vida e os hábitos alimentares. As práticas alimentares contemporâneas têm sido influenciadas pelos avanços tecnológicos na indústria de alimentos (Cartorci & Neuberger, 2008; Reinaldo et al., 2015).

O alto consumo de alimentos industrializados também foi apontado nos estudos de Nardoto et al. (2011) e Silva e Garavello (2012). Diante do exposto, observa-se que os resultados obtidos através da presente pesquisa, assinala uma tendência que está sendo recorrente nas demais regiões rurais do Brasil, é um indicador relevante para compreender a questão do consumo alimentar das populações rurais, se tornando um tema pertinente para possíveis estudos, principalmente no Estado do Amazonas.

Algumas das razões que fazem do PAA uma política de amplo acesso e inclusão social é a configuração na qual se desenvolve, dentro dessa perspectiva buscou-se evidenciar com os agricultores familiares seus pontos positivos e possíveis limitações. Foram perguntados aos agricultores *fornecedores* a respeito dos benefícios trazidos pelo PAA, 46% afirmaram que o acesso ao mercado foi o principal benefício, 27% apontaram a compra de bens de consumo, e 27% destacaram a melhoria na renda e qualidade de vida.

Os resultados apontaram uma semelhança com o estudo realizado por Doretto e Michellon (2007) no Estado do Paraná. Esses autores destacaram que a afirmativa dos agricultores entrevistados em relação aos benefícios está pautada na melhoria de renda e na garantia de compra da produção agrícola. Em estudos similares como de Chmielewska, Souza e Lourete (2010), em Sergipe; Hespanhol (2013) no Estado de São Paulo; e Freitas (2017) no Acre; os agricultores familiares entrevistados indicaram que a garantia de mercado é um dos pontos mais benéficos que o programa dispõe.

6. Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa elucidaram que os aspectos avaliados ao longo do trabalho, traça um perfil mais específico dos agricultores familiares associados a ASPRONES, realizado através de um comparativo entre os *agricultores fornecedores e não-fornecedores*. Os *agricultores fornecedores* estão bem mais estruturados do ponto de vista social e econômico.

O consumo alimentar entre os grupos apresentou de modo sucinto, que o PAA tende a ser um forte incentivador e promotor de segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares fornecedores, contribuindo para mitigação da insegurança alimentar. Com efeito, a segurança alimentar mostrou-se evidente através dos resultados, que além de tudo, notou-se que os *fornecedores* se alimentam de maneira mais saudáveis, se valendo do fato que estão produzindo de maneira mais segura, pois, isso foi demonstrado claramente nos resultados.

Alguns fatores contribuíram de forma direta para o resultado da pesquisa, um deles foi a organização social dos agricultores familiares associados a ASPRONES, a associação dispõe de uma característica peculiar, trabalha de forma intensa para que seus associados procurem somente priorizar a sua produção e garantir a segurança alimentar e nutricional, pois assuntos burocráticos que são necessários para o acesso ao PAA é realizado exclusivamente pela associação, isso torna crucial o processo produtivo dos agricultores familiares, fazendo que o aumento da produção seja intensificado, gerando assim, mais renda e qualidade de vida, sem deixar as práticas sustentáveis de lado.

¹ Soalri, A. B. O Objeto da Sociologia Rural. In: Szmrecsányi, T.; QUEDA, O. (Org.) Vida Rural e Mudança Social: Leituras básicas de sociologia rural. 2. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

Portanto, os resultados demonstraram que a PAA contribui de forma direta para promoção da segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares, à medida que a ASPRONES vai se consolidando no acesso ao mercado institucional, existe uma tendência de incorporação dos *agricultores não-fornecedores* e levará ao equilíbrio entre as diferentes.

Os resultados apontam a eficiência do PAA no seu contexto mais abrangente, abarcando desde suas origens, execuções, modalidades chegando até seu ápice, demonstrando como pode ser também um canal para construir a sustentabilidade. Esse entendimento tornou-se essencial para traçar novos caminhos a partir dos resultados da pesquisa, no qual evidencia aspectos importantes da segurança alimentar e nutricional.

Compreender a segurança alimentar e nutricional através da ótica das políticas públicas, sobretudo aquelas que promovem a importância da agricultura familiar, foi de fato o grande desafio deste trabalho. É importante ressaltar que o fortalecimento de políticas voltadas para a agricultura familiar mostra-se como estratégia de sustentabilidade, assim como a inserção da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural.

É importante ressaltar que esse trabalho pode abrir novos caminhos para estudos futuros sobre a temática no estado do Amazonas, tendo em vista que existem poucas publicações que abordam o tema, principalmente no âmbito regional. Esse estudo servirá de base para verificar a aplicabilidade das políticas públicas na prática, como dialoga com seu público alvo e quais são os seus resultados, além das dimensões que podem alcançar. É relevante mencionar que a partir desse estudo, é possível realizar correlações teóricas futuras considerando todas as regiões do Brasil, de norte a sul, podendo propiciar uma análise conjuntural de como se estabelece o PAA em todo o território brasileiro, considerando suas inúmeras dimensões, principalmente a segurança alimentar e nutricional.

Referências

- AGAPTO, J.P. et al (2012). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, 42(2), 13-21
- Bastos, C. M. M. (2014) Insegurança alimentar e nutricional e fatores associados em famílias do núcleo rural agrícola Lamarão, no Distrito Federal. 2014. 110 f. *Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana)* - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2014
- Becker, C. & Sacco dos Anjos F. (2010). Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. *Revista Seg. Alim Nutr.* 61-72.
- Brasil. (1996). Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 28 jun. 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>:
- Brasil. (2006) Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 24 jul. 2006. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.
- Brasil. (2012) Decreto nº 7775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 5 jul. 2012. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>.
- Camargo, E. A. et al. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, v. 43, n. 1, p. 18-28, jan./fev., 2013.
- Conab. (2017). *Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento*. – V. 1 (2017-). - Brasília: Conab.
- Chmielewska, D. et al (2010) O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*. Brasília, 2010. (Texto para discussão 1510).
- Doretto, M. & Michellon, E. Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. *Sociedade e desenvolvimento rural*. v.1, n.1, 2007.
- Fao. (2017). Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Relatório Anual: El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2017. Fomentando la resiliencia en aras de la paz y la seguridad alimentaria*. Roma, 2017. 144 p.
- Fávero, L. P. et al (2009) Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
- Freitas, D. V. C. (2017). Impactos do Programa de Aquisição De Alimentos na Reserva Extrativista Chico Mendes. *Dissertação (Mestrado em Gestão em áreas protegidas na Amazônia)* – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2017.

- Gubert, M. B. et al (2010). Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.26, p.1595 – 1605, ago. 2010.
- Grisa, C. et al. (2011). Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41.
- HAIR, J. F. Jr. et al. (2005) Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre: *Bookman*, 2005. 593 p.
- Hespanhol, R. A. M. (2013) Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 3, n. 25, p.469-483,
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística - IBGE. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD*, www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2013.
- Meneghetti, G. A., Souza, S. R. (2015). A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. *Revista Terceira Margem Amazônia*. v.1 n.5, p. 59-74.
- Müller, A. L., Fialho, A.V., Schneider, S. A. (2007). Inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*. 1(1):1-21.
- Nakagi, Maya. Implantação do Programa Fome Zero. IN: Graziano da Silva, José, Del Grossi, Mauro Eduardo, França, Caio Galvão de (Org.). Fome Zero: Uma experiência Brasileira. Brasília: MDA, 2010.
- Nobre, L. N. et al. (2009) Segurança alimentar em uma comunidade rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 16, n. 1, p. 18-31, 2009.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. O programa fome zero e o ronco da cuíca. *Revista Adusp*. São Paulo. p.20-27, 2003.
- Oliveira, E.C. et al (2019). O setor de fruticultura do estado do Amazonas: análise e desafios para o desenvolvimento regional. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/processos/e77397e89efc45ee8c62.pdf>
- Pérez-Escamilla R. & Segall-Corrêa A. M. Food insecurity measurement and indicators. *Revista de Nutrição*, v. 21, p. 15-26, 2008.
- Santos, L. P. S. et al (2014). Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 5, p. 783-789, 2014.
- Segall-Corrêa, A. M. & Marin-Leon, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Revista de Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.
- Soares, P., Martinelli, S. S., Melgarejo, L., Cavalli, S. B. (2013). Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 20: 41-51.
- SCHEUER, J. M. et al. (2016) Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'ana, Mato Grosso. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016.
- Schmitt, C J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de política agrícola*, v. 14, n. 2, p. 78- 88, 2005.
- Slater. B. et al. (2003). Validação de Questionário de Frequência Alimentar – QFA: considerações metodológicas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. v. 6 n° 3, 2003.
- Veiga, J. E. (2005). Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: *Editora da Unicamp*.
- Yazbek, M. C. O. (2004). Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2 Jun 2004, p. 104-112.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: *Bookman*.